

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR**

REQUERIMENTO Nº DE 2018
(Do Deputado Marcon)

Requer a realização de Audiência Pública para que se tenha esclarecimentos dos motivos pelos quais os agentes financeiros não estão operacionalizando as renegociações/liquidações de dívidas previstas na Lei 13.606/2018.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III, 255 e 256, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para que se tenha esclarecimentos acerca dos motivos pelos quais os agentes financeiros não estão operacionalizando as renegociações/liquidações de dívidas previstas na Lei 13.606/2018.

Como convidados para debater o tema indico os seguintes convidados:

- **EDUARDO GUARDIA**, Ministro da Fazenda;
- **IVANDRÉ MONTIEL DA SILVA**, Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF;
- **ARISTIDES VERAS DOS SANTOS** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);
- **MARCOS ROCHINSKI** – Coordenador Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil;

JUSTIFICAÇÃO

A realização da audiência pública aqui solicitada se deve ao fato de que esta Casa aprovou a Lei 13.606/2018, no entanto os termos da referida norma não estão sendo aplicados pelos agentes financeiros de todo o Brasil.

E como justificativa para a não aplicação das medidas constantes nos termos legais, tem-se que os agentes financeiros receberam orientação do Ministério da Fazenda para que as renegociações/liquidações não sejam implementadas, haja vista a ausência de previsão orçamentária e de fonte de recursos do governo para o ressarcimento aos bancos.

Esta Casa precisa ter respostas e explicações dos motivos pelos quais não está sendo aplicada uma norma aqui votada e aprovada.

A realização dessa audiência pública é de grande importância para a agricultura brasileira, principalmente a familiar.

Sala da Comissão, em 22 de maio 2018.

Marcon
Deputado Federal PT/RS